

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 33 - A GUERRA DO PARAGUAI

Maior conflito armado internacional da América do Sul, travado entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, (Brasil, Argentina e Uruguai), de dezembro de 1864 a março de 1870. É também chamada de Guerra da Tríplice Aliança.

Antes da guerra o Brasil apoiava o Partido Colorado do Uruguai, ajudando o General uruguaio Venâncio Flores a derrubar o governo de Prudencio Berro, aliado do Paraguai e que permitia uma saída deste para o mar.

O Marechal paraguaio Francisco Solano Lopes saiu em defesa de Prudencio Berro aprisionando no porto de Assunção em 11 de novembro de 1864, o barco a vapor brasileiro Marquês de Olinda, que transportava o presidente da província de Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos, que morreu em uma prisão paraguaia. Seis semanas depois, o exército do Paraguai invadiu a província brasileira de Mato Grosso.

Solano Lopes já havia preparado um exército com 80.000 homens e produzido material bélico, criado o serviço militar obrigatório e reaparelhado a marinha com a intenção de conquistar territórios do Brasil, Uruguai e Argentina para formar o Grande Paraguai.

Em maio de 1865 o Paraguai também fez várias incursões armadas em território argentino com objetivo de conquistar o Rio Grande do Sul. Brasil, Argentina e o Uruguai reagiram firmando o acordo militar chamado de Tríplice Aliança. O Império do Brasil, Argentina e os partidos de oposição uruguaios derrotaram o Paraguai após mais de cinco anos de lutas durante os quais o Império enviou em torno de 150 mil homens à guerra.

Parte do motivo da Guerra da Tríplice Aliança ter sido tão sangrenta foi o pacto que Argentina, Brasil e Uruguai fizeram para não encerrar o conflito até que Solano López fosse morto, em 1º de março de 1870, fazendo com que a guerra se estendesse mesmo depois do Paraguai ter sido arrasado.

Milhares de meninos e adolescentes morreram nas frentes de batalha, pois diante do extermínio de suas tropas Solano López começou a recrutar soldados cada vez mais jovens. O caso mais célebre foi o da batalha de Campo Grande (ou Acosta Ñu, para os paraguaios) em 16 de agosto de 1869 (hoje, dia da Criança no Paraguai): cerca de 20 mil soldados brasileiros lutaram contra aproximadamente 3.500 menores paraguaios uniformizados que morreram em sua maioria.

O Paraguai perdeu territórios, grande parte da população masculina e teve que pagar pesadas multas de guerra, ficando arrasado após a guerra e sem apoio dos vencedores.



RHM C-530 - Centenário da Batalha do Riachuelo – Almirante Barroso, comandante que conduziu a Armada, Brasileira à vitória na Batalha do Riachuelo, durante a Guerra da Tríplice Aliança



RHM C-549 – Centenário da Batalha de Tuiuti, a maior e mais sangrenta batalha campal de toda a Guerra do Paraguai e do continente sul-americano



RHM 490 - Almirante Tamandaré Comandante das forças navais em operações na bacia do Rio da Prata



RHM C-2530 - 200 Anos de Duque de Caxias



RHM 630 - Ana Nery
Anna Nery, baiana, por sua dedicação como enfermeira no Corpo de Saúde do Exército na Guerra do Paraguay, onde lutaram seus três filhos, Dom Pedro II concedeu-lhe o título de Mãe dos Brasileiros. É a patrona dos Enfermeiros do Brasil. Em 2009, entrou para o livro dos Heróis da Pátria, no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 34 – A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A escravidão no Brasil existiu desde o período colonial até pouco antes do final do Império. É marcada principalmente pela exploração da mão de obra de negros trazidos da África e transformados em escravos no Brasil pelos europeus colonizadores do país.

Muitos indígenas também foram vítimas desse processo. A escravidão indígena foi abolida oficialmente pelo Marquês de Pombal, no final do século XVIII. Os escravos foram utilizados principalmente na agricultura — com destaque para a atividade açucareira — e na mineração sendo, assim, essenciais para a manutenção da economia. Alguns deles desempenhavam também vários tipos de serviços domésticos ou urbanos, como músicos, barbeiros, vendedores, cozinheiros, etc...

A escravidão entre os indígenas já era praticada antes da descoberta. Entre os tupinambás, que eram antropófagos, os índios capturados, mesmo incorporados à tribo e até índias casadas com os captores sabiam que seriam “devorados”, e não fugiam, tal era a desonra de terem sido capturados. As tribos não antropófagas mantinham seus prisioneiros como escravos e nem sempre os matavam.

Os primeiros escravos negros chegaram ao Brasil entre 1539 e 1542, na Capitania de Pernambuco, aonde havia a cultura da cana de açúcar, como solução à falta de mão de obra. Os principais portos de desembarque de cativos africanos foram, entre os séculos XVI e XVII, os do Recife e de Salvador, e entre os séculos XVIII e XIX os do Rio de Janeiro e de Salvador, de onde uma parte seguiu para Minas Gerais e para as plantações de café do Vale do Paraíba.

No comércio de escravos eram mais valorizados, para os trabalhos na agricultura os negros Bantos, Benguela ou do Congo, provenientes do sul da África, especialmente de Angola e Moçambique. Tinham menos valor os vindos do centro-oeste da África, os negros Mina ou da Guiné, e que eram mais aptos para a mineração, trabalho em que já se dedicavam na África Ocidental.

Tanto os indígenas quanto os escravos africanos foram elementos essenciais para a formação não somente da população, mas também da cultura brasileira. A diversidade étnica verificada no Brasil decorre do processo de miscigenação entre colonos europeus, indígenas e africanos. A cultura brasileira, por sua vez, apresenta fortes traços tanto da cultura indígena brasileira quanto da cultura africana. Língua, culinária, música, cultos religiosos, em tudo há essa mistura dessas culturas.

Jean-Baptiste Debret

Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil



RHM C-616
Aquarela de Debret



RHM C-675
Aquarela de Debret

Jean-Baptiste Debret ou De Bret (1768 — 1848), pintor, desenhista e professor francês.

Integrou a Missão Artística Francesa (1817), que fundou, no Rio de Janeiro, a Academia de Artes e Ofícios, mais tarde Academia Imperial de Belas Artes.

De volta à França (1831) publicou Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (1834-1839), documentando aspectos da natureza, do homem e da sociedade brasileira no início do século XIX.

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 35 – O ABOLICIONISMO**

A primeira lei para por fim na escravidão no Brasil, porém nunca respeitada foi a **Lei Feijó**, de novembro de 1831, a primeira a proibir a importação de escravos no Brasil, além de declarar livres todos os escravos trazidos a partir daquela data com duas exceções: os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a país, onde a escravidão é permitida, enquanto a serviço nelas e os fugitivos do território ou embarcação estrangeira que seriam devolvidos aos seus proprietários ou à sua terra natal.

A abolição do trabalho escravo foi debatida ao longo do século XIX, desde o começo da Independência e ao longo de toda a monarquia. No cenário político interno e externo o início real foi a proibição do tráfico internacional de escravos.

Em 1845 o parlamento inglês aprovou a **Lei Bill Aberdeen**, que concedia à Marinha Real Britânica poderes de apreensão de qualquer navio envolvido no tráfico negreiro em qualquer parte do mundo.

A produção do açúcar nas Antilhas Inglesas, livres de escravidão era muito mais cara do que nos países escravocratas, como o Brasil. O interesse inglês em acabar com a escravidão era proteger a sua própria economia.

O comércio transatlântico foi extinto no Brasil com a Lei Eusébio de Queirós em 1850. Esta lei teve como consequência o aumento do preço dos escravos e o aumento do tráfico interno de escravos entre os estados brasileiros.

Em 1869 são proibidos os leilões de escravos, e a abolição teve que aguardar até o final da Guerra do Paraguai.

Em 1871 foi promulgada a **Lei do Ventre Livre**, apresentada pelo Visconde de São Vicente: toda criança nascida de mãe escravizada seria considerada automaticamente livre. Além disto, esta lei permitia o acúmulo de dinheiro que o escravizado podia guardar para a compra de sua alforria.

Em 1885 é promulgada a **Lei dos Sexagenários, ou Lei Saraiva-Cotegipe**, a partir da qual todo escravizado com mais de 65 anos seria considerado livre.

No dia 13 de maio de 1888 a escravidão foi abolida oficialmente pela **Lei Áurea** pela Princesa Isabel sendo o Brasil o último país a abolir a escravidão no continente americano, mas não o último do mundo.

Estas leis devem ser vistas como resultado de uma pressão combinada da resistência dos escravizados e da crescente

aceitação do movimento abolicionista na sociedade.



RHM C-288 - Padre Diogo Antonio Feijó



RHM C-280 - Eusébio de Queiros



RHM C-283 - Conselheiro José Antônio Saraiva



RHM C-708 - Centenário da Lei do Ventre Livre



RHM C-1583 - Centenário da Lei Áurea